



ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016  
p. 154-170.

# Poderes, perigos e inquietações discursivas: um certo discurso analítico sobre teorias do gênero e transidentidades

Allyson de Andrade Perez<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho busca questionar discursos normativos de psicanalistas que concorrem pela produção de um saber verdadeiro acerca da subjetividade e da sexualidade humanas. Os argumentos são analisados, a princípio, com base em um texto psicanalítico que reproduz uma postura hostil ao diálogo crítico com os estudos de gênero e queer. O trabalho se debruça, ainda, sobre a abordagem patologizante, de herança psiquiátrica, que certo discurso psicanalítico fabrica acerca das transidentidades, inviabilizando uma escuta heterotópica da singularidade dessas subjetividades.

**PALAVRAS-CHAVES:** Discurso; Psicanálise; Gênero; Heterotopia; Transidentidades.

**Abstract:** This paper seeks to question normative discourse of psychoanalysts who compete for the production of a true knowledge about human subjectivity and sexuality. The arguments are analyzed, at first, based on a psychoanalytic text that reproduces a hostile stance to the critical dialogue with gender and queer studies. The paper also focuses on the pathologizing approach, inherited from psychiatry, which certain psychoanalytic discourse manufactures about trans-identities, impeding heterotopic listening of the singularity of these subjectivities.

**Keywords:** Discourse; Psychoanalysis; Gender; Heterotopia; Trans-identities.

**Resumén:** Desde este trabajo se busca cuestionar el discurso normativo de psicoanalistas que compiten por la producción de un saber verdadero acerca de la subjetividad y de la sexualidad humanas. Los argumentos se consideran, en principio, sobre la base de un texto psicoanalítico que reproduce una actitud hostil al diálogo crítico con los estudios de género y queer. El trabajo se centra también en el enfoque patologizante, de herencia psiquiátrica, que fabrica cierto discurso psicoanalítico sobre las transidentidades, invalidando la escucha heterotópica de la singularidad de estas subjetividades.

**Palabras clave:** Discurso; Psicoanálisis; Género; Heterotopia; Transidentidades.

---

<sup>1</sup> Psicanalista, membro do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise – Seção São Luís (MA). Mestre e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e integrante do Grupo de Estudos em Gênero, Memória e Identidade (GENI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da Universidade CEUMA (UNICEUMA). E-mail: allysonperez@globo.com

Recebido em 15/03/16

Aceito em 20/05/16

Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade. (Michel Foucault, *A ordem do discurso*).

## 1. Introdução

Diante da realidade material do discurso, advertiu Michel Foucault (2010, p. 8), resta-nos sempre uma inquietação: diante de sua existência, cuja duração, mesmo transitória, não nos pertence; diante dos poderes e perigos que mal se imagina e que se mobilizam sob sua atividade; “inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades”. Em toda sociedade, continua o autor, a produção do discurso é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 2010, p. 8-9).

Os confrontos discursivos entre psicanalistas e estudiosas/os de gênero e queer têm se tornado mais frequentes e, em certos casos, cada vez mais apaixonados. Esse embate se constrói em torno de temas comuns a esses campos. Ao redor dessas matérias, corpos teóricos vão se configurando, feitos de carne e sangue discursivos, expostos aos golpes próprios das disputas de poder que perpassam essa atividade.

O sociólogo e psicanalista Javier Sáez (2004, p. 14, tradução livre), que tem estudado a relação entre psicanálise e teoria queer<sup>2</sup>, nos dá um testemunho de como esse debate tem se realizado, por exemplo, na Espanha:

A teoria queer, desde seus inícios, tem realizado uma crítica complexa da teoria psicanalítica; parte dessa crítica se baseia nos trabalhos iniciados nos anos setenta pelo movimento feminista e pelo movimento lésbico, que questionam a partir de diversas posições o heterocentrismo, a homofobia e o machismo existente na obra de Freud e Lacan. Em troca, a comunidade psicanalítica espanhola tem ignorado até pouco tempo este rico debate que alimentavam as pensadoras queer nos Estados Unidos e em outros países (México e Argentina, para citar dois exemplos).

A realidade dessa questão no Brasil é certamente difícil de mapear e, para restringir-me ao campo do lacanismo, cuidando para não incorrer em generalizações apressadas, tenho percebido que a recepção, por parte da comunidade psicanalítica, das críticas dos estudos de

---

<sup>2</sup> Embora a expressão já consagrada seja “teoria queer”, utilizarei neste trabalho a expressão “estudos queer”, que me sugere uma maior abertura das posições teóricas. Aqui, mantenho a expressão “teoria queer”, vez que é a utilizada pelo autor citado.



gênero e queer a posições heterocentradas da psicanálise tem sido geralmente marcada por resistências e, em alguns casos, por posturas reativas e defensivas extremadas. Em outro texto, critiquei a postura de algumas/uns psicanalistas diante de propostas teóricas de campos como os dos estudos de gênero e queer (PEREZ, 2015). Às vezes, argumentos de pouco aprofundamento teórico e de mero rechaço se sucedem na busca de desqualificar certas/os teóricas/os por sua ousadia em questionar teorias da psicanálise. A virulência dessas reações parece indicar algo importante. Em primeiro lugar, que já não é possível simplesmente recusar debater com teóricas/os do gênero e queer: elas/es ganharam visibilidade e projeção intelectual e demandam interlocução. Em seguida, que talvez uma certa psicanálise carregue uma espécie de dívida inconfessada para com campos hegemônicos do saber, em especial a psiquiatria, buscando às vezes fazer-se reconhecer como “séria” (ou talvez “direita”, *straight*) na medida em que reproduz lugares discursivos comuns ao gesto normativo. Finalmente, que esse embate discursivo atesta a própria (re)produção e contestação do gênero, num processo social profundamente marcado por disputas de poder-saber.

No presente trabalho, discuto alguns desses argumentos discursivos, tomando como objeto de análise um texto psicanalítico recém-publicado. Em seguida, percorro brevemente o debate sobre as transidentidades em sua abordagem por psicanalistas, pelos importantes desafios teóricos e clínicos que ele nos propõe. O trabalho busca questionar posições discursivas normativas na produção de saber sobre a subjetividade e a sexualidade humanas.

## 2. Inquietações psicanalíticas e estratégias discursivas contra as teorias do gênero

Em seu artigo *Notas sobre a teoria do gênero e a psicanálise*, o psicanalista Marcus do Rio Teixeira (2016)<sup>3</sup> empreende uma crítica ao que chama de “a teoria do gênero”. Discutir os termos de sua crítica me parece um bom exercício para aprofundar a compreensão dos embates discursivos a que me referi na introdução e das estratégias de poder das quais lançam mão diversas/os psicanalistas na concorrência pela produção de um saber verdadeiro sobre sexo, gênero, sexualidade, sexuação dentre outros.

O autor se refere à teoria do gênero no singular, principalmente representada por Judith Butler, filósofa pós-estruturalista estadunidense e uma das precursoras dos estudos queer. No

---

<sup>3</sup> O texto a que tive acesso, disponibilizado pela internet, não contém numeração de páginas, pelo que as referências trazem apenas o ano da obra.



entanto, rigorosamente falando, sabemos que “a” teoria do gênero não existe. Há pontos de vista diversos, em disputa, acerca do gênero, dentre os quais os da autora, que, ademais, também se modificam com as novas produções. Tampouco existe algo como “a” psicanálise e é preciso reconhecer que as confluências que delimitam qualquer campo de saber não eliminam as dissensões e embates internos, motores das novas investigações e formulações teóricas. A unificação, portanto, das várias posições divergentes em um campo teórico somente pode ser alcançada através de uma fabricação discursiva.

No caso em análise, a singularização da suposta “teoria de gênero” me parece uma estratégia político-discursiva, relançada por M. do R. Teixeira (2016), para reduzir a complexidade e as disputas teóricas próprias aos campos dos estudos de gênero e queer a uma homogeneidade que, embora imaginariamente forjada, facilita o movimento de desqualificação dos argumentos teóricos de estudiosas/os do gênero como J. Butler. O texto é bastante reativo e sua leitura dos argumentos dessa autora, por exemplo, revela, em algumas passagens, equívocos de compreensão. Não me parece haver a intenção de sustentar um diálogo crítico autêntico, nem de aprofundar a compreensão dos argumentos e, conseqüentemente, sua crítica, mas apenas o desdobramento de um *parti pris*, o que dá ao texto um tom depreciativo e um vaticínio final sobre a própria validade “da” teoria:

O que se ganha teoricamente com a teoria do gênero? A demonstração de que o sexo, para os seres da fala, é dissociado da natureza? Essa constatação, que provoca o deleite dos acadêmicos, foi feita por Freud no início do século 20. Que as formas de sexualidade não heterossexual não são ‘anormalidades’, mas formas da diversidade sexual humana? Outra constatação antiga desse mesmo autor, que nas suas *Conferências Introdutórias à Psicanálise* refere-se à homossexualidade como uma ramificação (*Abzweigung*) da sexualidade. Que o corpo é constituído pela linguagem? O corpo pulsional é o quê mesmo?

Não, a novidade da teoria do gênero consiste em dissociar inteiramente o gênero do sexo, negando a este qualquer importância e atribuindo ao primeiro um caráter efêmero e mutável. O gênero deixa de ser entendido como o componente psicossocial do sexo, como dizem os psicólogos, ou imaginário, nos termos de Lacan, para converter-se em uma construção puramente performativa, uma máscara que pode ser trocada indefinidamente. Ao mesmo tempo, Butler atribui à linguagem o poder de determinar o gênero, porém reduzindo-a ao jogo das falas, ao diálogo entre interlocutores, negando qualquer existência de um campo da linguagem que funcione como uma instância terceira entre os interlocutores. Finalmente, faz parte da sua originalidade articular a sua teoria à luta política do movimento feminista, ao mesmo tempo questionando a própria estabilidade do termo ‘mulher’ e com isso implodindo teoricamente o próprio feminismo.



Finalmente, já que a dimensão política é indissociável de tal teoria, qual seria o ganho político favorecido por ela às mulheres engajadas na luta por seus direitos civis, direitos que ainda estão distantes da realidade em muitos países, sobretudo da Ásia e do continente africano? Em que as mulheres seriam favorecidas por uma tese que questiona o próprio termo ‘mulher’ e a noção de uma identidade feminina? Quando Lacan afirmou que ‘A Mulher não existe’ foi alvo de toda espécie de críticas. Mas ele destacava o ‘A’ maiúsculo, frisando que as mulheres existem *uma a uma*. Ora, Butler nega a existência a cada uma das mulheres ao afirmar que a sua feminilidade não passa de uma construção do mesmo teor que a do travesti, e ao dizer isso é aplaudida. (TEIXEIRA, 2016, *grifos do autor*).

O autor retoma um argumento defensivo bastante comum entre psicanalistas que reagem de forma imaginária ao avanço e interesse crescente acerca das propostas teóricas dos estudos de gênero e queer bem como às críticas à psicanálise formuladas a partir de tais campos: tudo, afinal, já estava em Sigmund Freud ou Jacques Lacan! Não há nenhuma novidade; “a” psicanálise já havia explicado! Como se reconhecer alguma lacuna ou viés nas elaborações de nossos mestres da psicanálise implicasse na invalidação generalizada da teoria psicanalítica. M. Foucault (2010, p. 21-6) nos ajuda a compreender esse procedimento de controle e delimitação do discurso que ele nomeia de *comentário*. Trata-se, segundo ele, de um procedimento interno para submeter as dimensões de acontecimento e acaso da aparição do discurso. Os *comentários* se referem a narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar porque se acredita que contenham um segredo ou uma riqueza. São textos religiosos, jurídicos, literários e até mesmo científicos que relacionam um discurso generativo, texto primeiro, e um comentador, texto segundo.

O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (FOUCAULT, 2010, p. 26).

Essa estratégia sustenta o texto primeiro como uma espécie de texto sagrado, fonte inesgotável de sentidos já presentes desde o início, lançando-o numa atemporalidade que reforçaria o poder de suas asserções. Procedimento comum nas infundáveis releituras e atualizações dos textos sagrados por fiéis na busca de assimilar as novidades das mudanças históricas e sociais, relançando para trás o que, no entanto, surgiu depois. Nesse sentido, o



comentário busca conjurar a contingência histórica das produções teóricas humanas, aferrando-se a um texto que não deve perecer, inabalável em sua trans-historicidade<sup>4</sup>.

As criticáveis novidades da suposta teoria do gênero (ou melhor, das produções de J. Butler) seriam, para M. do R. Teixeira (2016), a dissociação entre sexo e gênero, sendo o primeiro considerado “sem nenhuma importância” e tendo o segundo, caráter efêmero e mutável; o gênero teorizado como uma “construção puramente performativa” entendida no sentido de “uma máscara que pode ser trocada indefinidamente”; a tese butleriana que atribui à linguagem o poder de “determinar o gênero”, reduzindo-o ao jogo das falas e negando a linguagem como instância terceira; o questionamento de uma identidade feminina que jogaria por terra o próprio ganho político da teoria; e, finalmente, a negação, por J. Butler, da existência a cada uma das mulheres por afirmar que sua feminilidade é uma construção do mesmo teor que a “do” travesti (pelo que se percebe que o autor concebe travestis como “homens”). A seguir, pretendo apontar a compreensão obtusa e forçada dessas teses, em que o autor acaba incorrendo na falta de tomar criticamente suas próprias premissas<sup>5</sup>. Para tanto, vou me referir a duas das obras principais de J. Butler, que articulam teses sobre a fabricação do gênero e os temas discutidos: *Gender trouble (Problemas de gênero)* e *Bodies that matter (Corpos que pesam)*.

Uma leitura atenta do texto de J. Butler (2006, p. 8) mostra, sem margem a mal-entendidos, que ela não separa sexo de gênero, mas antes questiona essa distinção, a qual, na verdade, foi forjada pelo assim chamado *feminismo da segunda onda*, na intenção de contestar a formulação da biologia como destino. Esse binarismo resulta problemático na medida em que supõe o sexo como natural e fixo, atribuindo ao gênero o caráter de construção culturalmente variável. Enquanto natural, o sexo não estaria referido à historicidade e, por isso, J. Butler, apoiando-se nos estudos de M. Foucault e Thomas Laqueur, pergunta se o sexo teria uma história, sugerindo que talvez ele seja um construto tão culturalmente fabricado quanto o gênero.

Se o caráter imutável do sexo é contestado, talvez esse construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído como o gênero; de fato, talvez ele tenha sido desde sempre gênero, com a consequência de que a distinção entre sexo e gênero vem a ser distinção nenhuma. (BUTLER, 2006, p. 9-10, tradução livre).

<sup>4</sup> Eis por que é importante ler qualquer teórica/o não apenas “com”, mas também “contra” ela/e própria/o, dando espaço a suas contradições e incongruências.

<sup>5</sup> Não se trata, para mim, de salvar a autora de críticas nem sustentar que ela responde tudo, mas de fazer justiça com o esforço rigoroso de suas teorizações.



É, então, que J. Butler propõe sua definição do gênero, o qual não deve, segundo ela, ser concebido meramente como a inscrição cultural de sentido sobre um sexo pré-determinado (uma concepção, afinal, jurídica), mas como

[...] o aparato mesmo de produção através do qual os sexos são eles próprios estabelecidos. Como um resultado, o gênero não está para a cultura, como o sexo está para a natureza; o gênero é também o meio cultural/discursivo pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual a cultura age*. (BUTLER, 2006, p. 10, tradução livre).

Como, então, foi possível a M. do R. Teixeira ter percebido aqui uma inteira dissociação do sexo com relação ao gênero? No mesmo sentido, perguntar pela historicidade de uma categoria como a do “sexo” e questionar sua construção discursiva como um objeto pré-cultural está longe, me parece, de não atribuir importância alguma ao sexo. Trata-se, isso sim, de questionar, de forma radical, sua naturalização como uma substância anterior a qualquer apreensão ou modificação pela cultura.

Quanto ao gênero como produção mutável, enfim, uma máscara que poderia ser indefinidamente trocada, e também quanto à suposta determinação do gênero pela linguagem, J. Butler também me parece bastante clara, mas num sentido diferente do sugerido pelo autor. Ela se pergunta sobre como entender o caráter construído do gênero e as controvérsias em torno da construção do gênero giram, para ela, em torno de duas posições teóricas extremas: uma, voluntarista, pela qual se entende que o gênero é uma forma de escolha livre e intencional, algo próximo de escolher uma roupa e trocá-la quando bem se quer; outra, determinista, segundo a qual o gênero é totalmente imposto de fora, sendo o sujeito um recipiente passivo nesse processo. (BUTLER, 2006, p. 10-2).

Nenhuma dessas é a posição da autora. Para ela, a construção do gênero é uma experiência “discursivamente condicionada” (o que é diferente de afirmar que é “determinada pela linguagem”) nos limites de “um discurso cultural hegemônico predicado sobre estruturas binárias que aparecem como a linguagem da racionalidade universal” (BUTLER, 2006, p. 12). Assim, ela nega tanto a alternativa de que toda e qualquer possibilidade de gênero esteja aberta quanto a de que apenas uma única será alcançada. Fica bastante claro que sua posição não é nem determinista nem voluntarista quando questiona:



Se o gênero não é um artifício a ser usado e retirado à vontade e, conseqüentemente, não é um efeito de escolha, como devemos entender o status constitutivo e constrangedor das normas de gênero sem cair na armadilha do determinismo cultural? (BUTLER, 2011, p. ix, tradução livre).

A autora me parece recusar os termos de um debate maniqueísta. O fato de que o gênero seja construído e sua estabilidade alcançada através da articulação e rearticulação de normas sociais não significa que se trata de um processo de vetor único, determinista, sem espaço para a agência crítica, a qual tampouco precisa se confundir com uma prática voluntarista. A diferença sexual, para a autora, não é simplesmente negada, como amiúde se afirma: tão somente, ela nunca é simplesmente concebida como uma função de diferenças materiais “que não sejam de alguma forma ao mesmo tempo marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, argumentar que as diferenças sexuais são indissociáveis de demarcações discursivas não é o mesmo que afirmar que o discurso causa a diferença sexual” (BUTLER, 2006, p. xi, tradução livre)<sup>6</sup>.

Sua compreensão da performatividade caminha num sentido bastante diferente da concepção de uma construção voluntarista do gênero.

[...] a leitura da ‘performatividade’ como uma escolha intencional e arbitrária deixa passar o fato de que a historicidade do discurso e, em particular, a historicidade das normas (as ‘cadeias’ de iteração invocadas e dissimuladas na elocução imperativa) constitui o poder do discurso de criar o que nomeia. Pensar o ‘sexo’ dessa maneira como um imperativo significa que um sujeito é abordado e produzido por uma tal norma, e que essa norma - e o poder regulatório do qual ela é código - materializa corpos como um efeito dessa injunção. E, contudo, essa ‘materialização’ embora longe de artificial, não é totalmente estável. Pois, para que seja ou venha a ser “sexuado” (*to be or to get ‘sexed’*), o imperativo exige uma produção e regulação diferenciada da identificação masculina e feminina que não se sustenta completamente e não pode ser completamente exaustiva. E, ainda mais, esse imperativo, essa injunção, requer e institui um ‘exterior constitutivo’ – o indizível, o inviável, o não-narrativizável que assegura e, conseqüentemente, fracassa em assegurar as próprias fronteiras da materialidade. A força normativa da performatividade – seu poder de estabelecer o que se qualifica como ‘ser’ – funciona não apenas através da reiteração, mas também através da exclusão. E no caso dos corpos, essas exclusões assombram a significação como seus contornos abjetos ou como aquilo que é estritamente foracluído: o invivível (*unlivable*), o não-narrativizável, o traumático. (BUTLER, 2011, p. 140, tradução livre).

<sup>6</sup> Sobre discussões mais recentes de J. Butler acerca do tema da diferença sexual, inclusive em debate com psicanalistas, sugiro a leitura de seus artigos *The end of sexual difference? (O fim da diferença sexual?)* e *The question of social transformation (O problema da transformação social)*, em *Undoing gender* (BUTLER, 2004).





J. Butler discute de forma bastante crítica as noções de *construção* e *construcionismo*, pelas quais o gênero – em seu caráter não natural – tem sido explicado contemporaneamente. Isso nos reenvia ao debate determinismo *versus* voluntarismo, que ela aprofunda em *Bodies that matter*, destacando duas posições básicas: a primeira, a de um construcionismo determinista, a do ‘performativo divino’, pela qual ser construído é ser criado e determinado através desse processo; a segunda posição, a de um construcionismo voluntarista, entende uma construção como um tipo de artifício manipulável, pressupondo um sujeito, uma agência humana que faz seu gênero através de uma ação instrumental. (BUTLER, 2011, p. xv-xvi).

A autora problematiza essa oposição pois, em seu ponto de vista, o sujeito nem precede nem se segue ao processo de gendramento, emerge somente no interior de e como a matriz das próprias relações de gênero. “A ‘atividade’ desse gendramento não pode, estritamente falando, ser um ato ou expressão humana, uma apropriação intencional, e *não* é certamente uma questão de colocar uma máscara [...]”<sup>7</sup>. J. Butler também questiona a própria oposição entre construcionismo e essencialismo, no que ela exclui de seu campo de visão precisamente o conjunto de forclusões, de rasuras radicais às quais se recusa articulação cultural. Não basta argumentar que os seres humanos são construídos, pois o processo mesmo de construção é uma operação diferencial que engendra o “mais e o menos ‘humano’, o inumano, o humanamente impensável”. (BUTLER, 2011, p. xvii, grifos da autora). Ela está aqui bem distante da postulação de uma posição subjetiva única e universal.

A indagação sobre os tipos de rasuras e exclusões que o processo de produção do sujeito opera já não pode ser concebido nem como construcionismo nem essencialismo, pelo que a autora se encaminha no sentido da noção de *materialização* como processo “que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, fixidez e superfície que chamamos de matéria” (BUTLER, 2011, p. xviii). Pela radicalidade de seus questionamentos, sua posição acaba por produzir um certo pânico diante de uma suposta negação do “real do corpo”.

Certas formulações da posição do construcionismo radical parecem quase compulsivamente produzir um momento de exasperação recorrente, pois parece que quando o construcionista é construído como um idealista linguístico, o construcionista recusa a realidade dos corpos, a relevância da ciência, os alegados fatos do nascimento, envelhecimento, doença e morte. A/O crítica/o pode também suspeitar no construcionista uma certa somatofobia e buscar garantias de

---

<sup>7</sup> Que reste clara, portanto, a “forção” de interpretações como a seguinte: “Porém a própria Butler admite (*sem esclarecer de forma alguma*) que sua teoria dá margem a uma leitura que supõe uma escolha de gênero pelo indivíduo como um ato volitivo” (TEIXEIRA, 2016, grifos meus).



que essa/e teórica/o abstrata/o admitirá que há, minimamente, partes sexualmente diferenciadas, atividades, capacidades, diferenças hormonais e cromossômicas que podem ser admitidas sem referência à ‘construção’. Apesar de nesse momento eu querer oferecer uma tranquilização absoluta ao meu interlocutor, alguma ansiedade prevalece. ‘Reconhecer’ a inegabilidade do ‘sexo’ ou sua ‘materialidade’ é sempre reconhecer alguma versão do ‘sexo’, alguma formação de materialidade. [...] Argumentar que o discurso é formativo não é argumentar que ele origina, causa ou exaustivamente compõe aquilo que ele reconhece; em vez disso, é argumentar que não existe referência a um corpo puro que não seja, ao mesmo tempo, uma formação a mais desse corpo. (BUTLER, 2011, p. xix).

Em *Gender trouble*, J. Butler (2006, p. 2-8) problematiza a categoria “mulher” como sujeito do feminismo. Em linhas gerais, isso não significa negar a existência das mulheres, mas questionar a existência de uma identidade substancial comum, à qual a multiplicidade das experiências das mulheres pudesse ser reduzida. A singularização da mulher revela, para a autora, um processo político-discursivo pelo qual certos sentidos são preservados em detrimentos de outros e no qual ela destaca a interseção de matrizes raciais, de gênero e de classe, dentre outras. J. Butler enfatiza que a tarefa política não é negar, como se pudéssemos, a política representacional, mas contrapõe a esta, que tende a tomar as identidades como essências, uma política de coalizão ou convergência, na qual a identidade pode ser pensada como uma construção variável. A imposição política de uma identidade única estável envolve sempre a exclusão ou abjeção daqueles sujeitos que fracassam em se conformar a ela (como as travestis, por exemplo). Antes de J. Butler, foram as próprias mulheres que, divergindo no interior de um feminismo hegemônico (branco, ocidental, heterossexual, de elite etc.), questionaram a pertinência de uma categoria “mulher” no singular. Longe de inviabilizar a agência política e as reivindicações por direitos das mulheres, a crítica butleriana pretende denunciar os riscos de fechamento do campo político pelas identidades construídas como substanciais.<sup>8</sup>

A compreensão que o autor comentado tem da noção derridiana de *citacionalidade*, da qual J. Butler se apropria para pensar a performatividade como citação e recitação de normas (por exemplo, de gênero), chega a ser cômica:

Por ‘prática da citação’ deve-se entender uma mistura teórica que junta autoras feministas clássicas e contemporâneas com certos autores franceses, dentre os quais Jacques Lacan. A autora cita fragmentos de teorias de forma suficientemente ambígua para deixar em aberto o que ela entende que o autor citado afirma e o que ela própria afirma. (TEIXEIRA, 2016).

<sup>8</sup> Não alcancei encontrar nas obras que estudei da autora a suposta “exaltação ao travestismo” nem a consideração de que “o” travesti é um “militante do gênero”.



Se os corpos que pesam/importam são aqueles que materializam as normas hegemônicas através de sua citação e re-citação, os demais ficam na condição de abjeção que os torna corpos potencialmente elimináveis, em risco, expostos a uma violência que não é simplesmente a simbólica, mas a violência material que pode levar à sua morte ou a uma existência inviável. Se os esquemas regulatórios não são estruturas atemporais, mas critérios de inteligibilidade historicamente reexamináveis, que produzem e subjagam “corpos que importam e que não importam”, as mesmas normas podem ser re-citadas de modo a produzir efeitos subversivos na hegemonia do gênero. (BUTLER, 2011, p. xxi-iv).

É o que nos aproxima do tema crucial das transidentidades. A forma como muitas/os analistas têm tratado esse tema é paradigmática de um certa posição teórica e política, que cita teorias de viés heterocentrado, e que é cada vez mais questionada pelos estudos de gênero e queer e, mais recentemente, por psicanalistas atentas/os às “subjetividades de sua época”.

### **3 De um discurso psicanalítico patologizante à escuta heterotópica da singularidade na abordagem das transidentidades**

Ainda no mesmo artigo que venho comentando, M. do R. Teixeira (2016) afirma categoricamente que os “transexuais” constituem uma contradição à teoria do gênero, porque se aferrariam à sua identidade sexual, recusando a noção de um gênero fluido e errático.

Ora, se o corpo não passa de uma construção cultural, sem nenhuma importância para o gênero, o qual é uma categoria volátil, não restrita a uma única identidade, os transexuais não deveriam se fixar a um gênero, muito menos reivindicar uma cirurgia de mudança de sexo! Algo, portanto, não funciona na teoria de Butler. Porém, ela não pode entender o quê, já que a sua teoria pressupõe um universal, uma posição subjetiva idêntica para todos face ao gênero, enquanto sujeitos que fazem uma escolha consciente ante opções.

Acredito já ter comentado o suficiente sobre o equívoco de compreender os argumentos teóricos de J. Butler sobre a performatividade de gênero como voluntaristas, mas não a confusão, operada aqui pelo autor, entre uma teorização sobre o gênero e as noções que os sujeitos podem imaginariamente formar sobre suas identidades sexuadas. Para o autor, se o gênero é algo tão volátil, como pode o “transexual” reivindicar uma cirurgia de redesignação do sexo, a qual serviria, afinal, para estabilizar o gênero no corpo?



Ora, teorizar o gênero como uma fabricação temporal levada a cabo através da reiteração de normas nunca plenamente incorporadas não implica prescrever ou proscriver nenhum tipo de reivindicação ou decisão subjetiva. A aludida cirurgia seria apenas mais um ato performativo numa série infinita de reiterações sem poder algum para encerrar essa série. É levada a cabo no sentido da construção de um gênero inteligível, mas a decisão de realizá-la não comprova nem refuta *per se* nenhuma teoria. Assim, a noção de que uma cirurgia de redesignação de sexo garante por si só o gênero e sua estabilidade é, por certo, tão questionável, do ponto de vista teórico, quanto a ilusão comum de que o gênero decorre da posse de um pênis ou vagina. É, ao mesmo tempo, um preconceito concluir que as falas dos sujeitos de suas pesquisas são tomadas pelas/os estudiosas/os de gênero e queer de forma não problemática ou que as identidades sexuadas, hegemônicas ou não, devam funcionar como teorias encarnadas.

Na própria citação que o autor faz de J. Butler, fica claro que esta autora está argumentando que são outros sujeitos (e não ela) que consideram o gênero como algo volitivo. Ela reconhece que não há visões únicas em nenhuma das comunidades identitárias, mas isso não significa que confunde essas visões com teorias do gênero, nem ativismo político com a atividade de pesquisa próprias às/aos investigadoras/es do gênero. Assim, em vez de exemplos de “fluidez” ou “volatilidade” do gênero, os “transexuais”, como ademais quaisquer sujeitos, mostram como o gênero é efeito de fabricação e performatização e sua construção sujeita a perturbações (*troubles*). Essas perturbações não são, afinal, privilégio dos “transexuais”. Da mesma forma, não é possível generalizar a afirmação de que todo “transexual” demanda a cirurgia.

Venho utilizando os termos “transexual” e “transexuais” entre aspas para indicar que os mesmos são utilizados pelo autor de modo não problematizado. Thamy Ayouch (2015, p. 305, tradução livre) nos mostra como a “transexualidade” é uma categoria nascida do encontro do discurso médico com o jurídico e que a psicanálise não está em continuidade epistemológica com o discurso psiquiátrico, embora um bom número de discursos analíticos se preocupe em encontrar, já em S. Freud, os fundamentos classificatórios de uma patologia “transexual”<sup>9</sup>.

T. Ayouch (2015, p. 305, tradução livre) nos lembra que a psicanálise (como, aliás, qualquer discurso) não escapa às formações discursivas de sua época, inscrevendo-se na linha direta da psiquiatria. Sugere que o esquecimento de sua historicização tem como preço o abandono de sua dimensão propriamente psicanalítica, a qual buscaria apontar o alicerce

---

<sup>9</sup> T. Ayouch (2015, p. 305, tradução livre) indica que esses discursos se desenvolvem em duas direções: um freudismo norte-americano medicalizado e um lacanismo fustigador das errâncias da medicina.



pulsional de todo conhecimento. Para o autor, aderir a um furor classificatório e normativo significaria, para a psicanálise, abandonar seu poder de “colocar em crise”.

Ao considerar a ‘transexualidade’ como categoria existente, ontologicamente, biologicamente ou simbolicamente determinada, não se torna a psicanálise anti-psicanalítica, e não produz ela o que Derrida chamava de uma ‘resistência auto-imune da psicanálise ao seu lado de fora como a ela mesma’?

Assim, T. Ayouch (2015, p. 305) se propõe pensar a filiação psiquiátrica de diversas teorizações psicanalíticas acerca da “transexualidade” para ver se e como é possível pensar uma psicanálise da pós-transexualidade. O autor prefere trabalhar com a categoria “transidentidades”, emprestada da socióloga Heike Boedeker, para se referir às identificações à margem da binariedade das categorias de sexo, gênero e sexualidade e que contemplam uma multiplicidade de experiências (intersexos, travestis, homens femininos, mulheres masculinas, “transexuais” da psiquiatria, transgêneros e pessoas que questionam a pertinência das categorias de sexo). Afirma que as transidentidades apresentam heterotopias (no sentido foucaultiano do termo) do feminino e do masculino, ou seja, deslocalizações e transformações das sexuações<sup>10</sup>.

Para T. Ayouch, a psicanálise também visa, em seu funcionamento, uma dimensão heterotópica, apontando, em sua ruptura epistemológica, o desafio e os limites de todo processo cognitivo e sua infiltração por questões outras que aquelas do saber: metas pulsionais no plano subjetivo, um dispositivo de poderes no plano coletivo. Enfatiza que é esse sistema de abertura/fechamento à norma que parece ser a maior garantia do estatuto heterotópico da teorização psicanalítica, o qual se enrijece na abordagem das transidentidades. “A perda dessa postura heterotópica procede de uma filiação psiquiátrica manifestamente patologizante [...]”. (AYOUCHE, 2015, p. 306, tradução livre).

É importante lembrar, com T. Ayouch (2015, p. 306), que a invenção da “transexualidade” se dá de forma conjunta com a da “homossexualidade” no quadro da medicalização das perversões do século XIX, levada a cabo através de uma classificação das anomalias e da instituição de uma norma sexual, “inscrita numa configuração fixa do gênero”. A simples utilização, por psicanalistas, de tais termos como categorias universais, sem qualquer referência a seu caráter de produções históricas, resta bastante problemática e tem sido um dos

---

<sup>10</sup> Destaco três princípios foucaultianos para as heterotopias comentados por T. Ayouch (2015, p. 305): que elas justapõem vários princípios incompatíveis na norma de gênero; que estão ligadas à norma em um sistema de abertura e fechamento; e que criam um espaço de ilusão que denuncia como ainda mais ilusória a performance de gênero.



pontos de crítica das/os estudiosas/os de gênero e queer a certas teorias analíticas. Já sabemos o que a subscrição das teorizações psiquiátricas acerca da “homossexualidade” por parte das/os analistas pós-freudianos produziu no interior do movimento psicanalítico: desde uma clínica voltada à “cura da homossexualidade” até a proibição, por parte da *International Psychoanalytical Association* (IPA), de que “homossexuais” se tornassem analistas.

Nem J. Lacan e diversos analistas lacanianos/os escaparam dessa captura nas formações discursivas de sua época, herdeiras da perspectiva patologizante da psiquiatria do século XIX:

De minha parte, nessa espécie de fulminação psicanalítica a que me entrego aqui, procuro dar-lhes uma letra que não se obscureça, isto é, distinguir através de conceitos os diversos níveis daquilo de que se trata no complexo de castração.

Temos de fazê-lo intervir no nível de uma perversão que chamarei primária, no plano imaginário, quanto no de uma perversão da qual talvez falemos um pouco mais hoje, e que está intimamente ligada à conclusão do complexo de Édipo, a homossexualidade. (LACAN, 1999, p. 205).

E, mais adiante:

Fala-se dos homossexuais. Trata-se dos homossexuais. Não se curam os homossexuais. E o mais impressionante é que não são curados, a despeito de serem absolutamente curáveis. (LACAN, 1999, p. 214-5).

A despeito de se poder ler J. Lacan contra ele mesmo e reconhecer no conjunto de sua obra outros aportes que permitem pôr em xeque uma perspectiva normalizadora das relações entre pessoas do mesmo sexo, essa perspectiva heterocentrada e patologizante continua atual, pelo menos em certos circuitos lacanianos. É o que, com ironia, aponta Néstor Braunstein (2007, p. 166) ao comentar a “posição inequivocamente homofóbica” de Charles Melman (os comentários entre colchetes são de N. Braunstein):

É verdade que o homossexual não elegeu seu destino [*custa-nos admiti-lo e, ainda assim, que triste destino!*] e que as mesmas forças que em outros conduzem à heterossexualidade revelam neles, às vezes, para profunda surpresa do sujeito e sem que possa evitá-lo [*tal como, claro, ele mesmo gostaria de ter podido escolher*], que ele estava do outro lado (sic). Apenas a religião pode condenar a desonra e a exclusão [*não nós, os psicanalistas, que estamos excluídos desse privilégio*]. Dito isto, parece possível formular um juízo ético, que partiria menos da necessidade geral de segurança narcisística induzida por uma sexualidade diferente e que formularíamos a partir desta pergunta: a homossexualidade dá ao sujeito uma maior liberdade a respeito desta ordem da linguagem do que pelo viés do inconsciente nos determina? [*quem falou de maior ou*



*menor liberdade ante a linguagem em função das preferências sexuais*]. Apenas pode-se responder negativamente. A perversão [*assimilada, se com uma valoração pejorativa, à condição de homossexual*] é um sistema de constrangimentos e de dependências ainda mais rígido do que aquele que ela impugna pela sua insuficiência, seu caráter prosaico ou sua estupidez [*Deste lado somos isso, mas “do outro lado” nos ganham*]. É por isso que não se pode aceitar que a perversão homossexual seja portadora de emancipação; parece que uma invasão pela ordem fálica tem incidências essencialmente conservadoras, mesmo quando se oponha ao mal gosto estabelecido.

Eis a importância de reconhecer o que T. Ayouch destaca como os movimentos pulsionais sob qualquer teorização e os dispositivos de poder que operam nas socializações das/os psicanalistas. Tais discursos normativos também se reproduzem acerca da “transexualidade” quando, modernamente, seu reconhecimento, nos planos social, médico e jurídico, é indissociável de sua patologização:

[...] para ser identificado/a como ‘transexual’, e ter assim acesso, hoje, aos protocolos oficiais de redesignação de gênero, um diagnóstico de patologia mental (‘transexualismo’, ‘transtorno de identidade de gênero’ ou ‘disforia de gênero’, segundo as versões do DSM) deve ser emitido por uma equipe oficial de psiquiatras, psicólogos e endocrinologistas. A mudança jurídica da referência ao ‘sexo’, na França, permanece então condicionada a uma cirurgia de redesignação ou de esterilização do sujeito. (AYOUCH, 2015, p. 306)<sup>11</sup>.

Para a construção de seus argumentos, M. do R. Teixeira (2016) cita enunciados de teorias psicanalíticas que parecem reproduzir certas ontologias de gênero, as quais são precisamente criticadas por T. Ayouch (2015) em seu esforço de abertura heterotópica da psicanálise. Diferentes autoras/es, freudianas/os ou lacanianas/os, ora instituiriam um acesso à redesignação de sexo regulamentada e condicionada por garantias de conformidade de gênero ou a condenariam como resposta louca a uma demanda louca<sup>12</sup>.

Perpetrando um preocupante abuso teórico, clínico e ideológico, essas metapsicologias procedem de visões essencializadas dos sexos e dos gêneros, repetem a rigidez de uma masculinidade e de uma feminidade supostas fundadas, de maneira evidente, na biológico ou no simbólico, e instituem uma concepção a-histórica do falo, do gozo, das sexuações e das sexualidades. (AYOUCH, 2015, p. 308, tradução livre).

<sup>11</sup> Podemos, a essa altura, questionar se M. do R. Teixeira não subscreve, sem se dar conta, concepções voluntaristas da subjetividade ao considerar a demanda do “transexual” pela cirurgia como advinda de uma esfera livre de decisão e deliberação. Afinal, a demanda pela cirurgia nasceria da/o próprio “transexual”, enquanto sujeito autônomo, ou antes revelaria sua captura num dispositivo médico-jurídico que faz da cirurgia um ato necessário para o reconhecimento de um gênero inteligível? A perspectiva foucaultiana é aqui preciosa para pensar os processos de subjetivação que decorrem dos cruzamentos operados nos dispositivos de poder.

<sup>12</sup> Remeto ao texto de T. Ayouch (2015) e a suas considerações acerca das posições de Robert Stoller, Colette Chiland, Moustapha Safouan, Joël Dor, Marcel Czermak, Henry Frignet e Geneviève Morel.



O autor evoca também a inquietante estranheza que parece estar por trás da hostilidade dessas/es analistas ao motivo transidentitário, que lhes provocaria uma mistura de inquietude, terror, perturbação e fascinação (AYOUCH, 2015, p. 308). Assim como T. Ayouch, diversas/os analistas têm buscado uma nova posição epistemológica, mais ou menos radical, a partir da qual possam considerar as transidentidades fora de uma perspectiva ontológica e normativa. Juan Carlos Pérez Jiménez (2013, p. 7-8, tradução livre), por exemplo, entende que “a reflexão sobre a questão *trans* nos implica a todos e se nos oferece como uma boa oportunidade para repensar a maneira como nos conduzimos a partir de todas as posições sexuadas”. Observa que a figura do “transexual” provoca comoção, que vai da fascinação ao ódio visceral, e que a “transexualidade” é um fenômeno transversal, que questiona, ao mesmo tempo, aspectos subjetivos, políticos e sociais. Propõe, como ponto de partida, questionar o *a priori* patológico associado à transexualidade pela psiquiatria, psicologia e também pela psicanálise.

Um dos méritos de seu trabalho consiste em apresentar relatos de sujeitos que de fato escutou em sua clínica, buscando evidenciar a singularidade do “caso a caso”. É, por exemplo, o caso de Laia, sobre o qual conclui:

Se a particularidade do ‘caso a caso’ está acima do diagnóstico em psicanálise, na hora de situar Laia em um teórico esquema clínico ‘o mais próprio’ dela permanece ainda por descobrir depois dessa breve exposição. Porém sua coerência discursiva e biográfica, os bons vínculos familiares, tanto com a figura materna como a paterna, sua capacidade para o compromisso laboral e político, para desenvolver afetos e laço social, a ausência de certezas psicóticas e de outros sintomas graves, a situam claramente dentro da estrutura neurótica e nada aponta para a psicose ou a perversão neste caso. (PÉREZ JIMÉNEZ, 2013, p. 12).

## 4 Conclusão

Certos discursos psicanalíticos normativos acerca do gênero e, em particular, das transidentidades, subjetividades que são produzidas como abjetas pelos discursos hegemônicos, reinscrevem concepções essencialistas e patologizantes da diversidade sexual humana. Geralmente, falam em nome do universal e se pretendem trans-históricos, mas, de fato, estão no mesmo trabalho de fabricação discursiva de que trata M. Foucault (2010) em *A ordem do discurso*. É preciso expor suas estratégias de discurso verdadeiro, como a do *comentário* de textos fundadores da psicanálise, e confrontá-los com suas contingências históricas, revelando sua vontade de saber e poder na abordagem da sexualidade humana.





Essas posturas discursivas, geralmente de herança psiquiátrica, criam obstáculos graves à escuta psicanalítica da singularidade subjetiva e à clínica do “caso a caso”, fechando a dimensão heterotópica da psicanálise, sob a pretensão, ainda que inconfessada, de captura do real mesmo da sexualidade. O caráter pretensamente heurístico dessas teorizações psicanalíticas merece ser questionado, principalmente quando se apoiam em noções que não levam em conta as mudanças históricas e sociais e os diferentes contextos culturais. Sobretudo, não podem ser tomadas pela realidade do funcionamento do dispositivo analítico, ou seja, as ações das/os psicanalistas em sua lida com as questões de gênero (na clínica, nas teorias, nas instituições etc.) não estão isentas de posturas normativas e violentas ainda que falem em nome de um teórico fundador suposto-tudo-haver-previsto. E quando tais discursos se tornam virulentos e reativos, é preciso indagar que poderes, perigos e inquietações assombram suas boas intenções argumentativas.

---

## Referências

- AYOUCHE, Thamy. *Psychanalyse et transidentités: hétérotopies. L'évolution psychiatrique*, v. 80, n. 2, p. 303-316, abr-jun 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/00143855/80/2>>. Acesso em 15 mar 2016.
- BRAUNSTEIN, Néstor. Freud (Lacan) ou Foucault. In: *Gozo*. São Paulo: Escuta, 2007. pp. 159-175.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Gender trouble*. New York: Routledge, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Bodies that matter*. New York, Routledge, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- PEREZ, Allyson. Psicanálise lacaniana e estudos de gênero: diferenças críticas e convergências possíveis. In: SOUSA, Sandra Maria Nascimento et al. (orgs.). *Fazendo e desfazendo gêneros*. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 167-198.
- PÉREZ JIMÉNEZ, Juan Carlos. *De lo trans: identidades de género y psicoanálisis*. Buenos Aires: Grama, 2013.
- SÁEZ, Javier. *Teoría queer y psicoanálisis*. Madrid: Síntesis, 2004.
- TEIXEIRA, Marcus do Rio. *Notas sobre a teoria do gênero e a psicanálise*. 2016. Disponível em: <<http://www.campopsicanalitico.com.br/media/1283/notas-sobre-a-teoria-do-genero-e-a-psicanalise.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2016.

